

ALCÁCER-QUIBIR REVISITADA: A ELABORAÇÃO DO TRAUMA INDIVIDUAL  
E COLETIVO NA POESIA DA GUERRA COLONIAL

---

CARINA MARQUES DUARTE\*

JANE FRAGA TUTIKIAN\*\*

---

RESUMO

A proposta deste trabalho é, a partir da análise de um *corpus* extraído da *Antologia da memória poética da Guerra Colonial*, verificar o modo como se processa a elaboração poética das experiências individual e coletiva decorrentes da participação de Portugal nesse evento bélico. Além de propagar o dilaceramento dos seres humanos confrontados com a experiência-limite da guerra, essa poesia, especialmente quando se reporta a um acontecimento histórico traumático, como foi Alcácer-Quibir, ilustra o esfacelamento da imagem da nação.

PALAVRAS-CHAVE: guerra colonial, memória, trauma, poesia.

---

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Entre 1961 e 1974, na tentativa de travar os movimentos independentistas e manter as suas possessões no território africano, Portugal moveu, contra as então colônias Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, uma guerra que terminaria somente com a Revolução dos Cravos e o fim do Estado Novo em Portugal. Ao longo dos treze anos de conflito, partiram de Lisboa, tendo como destino a África, barcos carregados de homens e armas, de maneira que, nos três teatros de operações, à medida que aumentavam as frentes de combate, aumentavam também os efetivos portugueses, atingindo o número aproximado de um milhão de soldados mobilizados. Dentre estes, o Estado português contabilizou

---

\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: carina.duarte@ig.com.br

\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: jtutikian@terra.com.br

um significativo número de mortos, feridos, de homens portadores de invalidez permanente e de indivíduos sofrendo de “distúrbios psíquicos de guerra”. Os prejuízos humanos, para além dos prejuízos econômicos – já que o conflito absorveu, durante o seu curso, um terço do orçamento nacional – e sociais, conformam a experiência coletiva dos portugueses com a guerra.

O trauma, seja individual ou coletivo, decorrente da participação nesse evento bélico, encontrou na poesia um eficiente veículo de expressão. É o que demonstra a *Antologia da memória poética da Guerra Colonial*, organizada por Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi (2011). A referida antologia engloba desde textos pertencentes a escritores reconhecidos no panorama literário português, como Manuel Alegre, Fernando Assis Pacheco e José Bação Leal – autores de poesias atinentes à guerra – até autores da cena literária portuguesa – como Fiamma Hasse Pais Brandão, Luiza Neto Jorge, Maria Teresa Horta, Nuno Júdice, Jorge de Sena, Gastão Cruz, entre outros – que eventualmente dedicaram alguns poemas ao tema, e, por fim, textos de autores não consagrados. Digna de nota é a presença dos cancioneiros, tanto em oposição ao conflito como legitimando-o.

A produção poética contemplada pela antologia se desenvolveu paralela e posteriormente ao evento bélico; e não foi obra apenas de indivíduos que estiveram *no front*. A amplitude e a heterogeneidade do cabedal poético referente à Guerra Colonial – que, aliás, até a iniciativa dos organizadores da Antologia não havia sido sistematizado –, como observam Ribeiro e Vecchi (2011), indicam o quanto este – que é sem dúvida um dos acontecimentos mais trágicos e complexos de Portugal – marcou a sociedade portuguesa. Segundo Michael Pollak (1992), certos acontecimentos traumatizam tanto um povo que a sua memória pode ser transmitida, ao longo dos séculos, com um notável nível de identificação. O fato de a elaboração poética da guerra ainda estar em curso confirma tal afirmação. Mas a pertinência da declaração do autor fica ainda mais nítida quando verificamos que um dos procedimentos adotados pelos poetas é o da associação entre a Guerra Colonial e a derrota em Alcácer-Quibir. Isso nos faz pensar essa poesia como um espaço de elaboração pós-traumática da guerra, mas, ao mesmo tempo, como um espaço de avaliação e revisão de um passado, também traumatizante, que precisa ser recordado para que seus efeitos sejam realmente conhecidos.

Conforme Ribeiro e Vecchi (2011), a poesia proporciona à memória um modo convencional de conservação e transmissão da experiência. A forma e as técnicas de expressão – o verso, a rima, a repetição, a variação, entre outras – concorrem para a conservação dentro de um código, de uma tradição, de um gosto, de maneira que, da intersecção entre a arte de recordar e a arte poética, emerge a memória poética do fato histórico. Esta, por sua vez, faz parte do patrimônio de uma geração, que interroga este patrimônio ao mesmo tempo que o transmite, contribuindo, assim, para a construção de uma memória cultural resultante da conjugação do impacto da experiência em um âmbito individual – a poesia se converte no espaço de purgação de traumas, perdas e tristezas – com o impacto da experiência em um âmbito coletivo – é o espaço onde são elaborados os traumas da nação.

#### PORTUGAL E A OBSESSÃO POR IMAGINAR-SE CENTRO

Quando, em janeiro de 1890, a Inglaterra exigiu que Portugal renunciasse a um vasto território colonial na África, o país mergulhou em uma crise. O ultraje sofrido, como ressalta Ribeiro (2003), lança à face do povo a verdade da posição periférica do país. O saldo obtido pelos portugueses, ao final da Conferência de Berlim – quando foram definidas pelas potências coloniais as respectivas zonas de atuação no continente africano, bem como os princípios de navegação nos rios do continente –, foi bastante negativo, uma vez que, tendo sido negado o direito histórico<sup>1</sup> como critério de ocupação do território, Portugal não teve alternativa senão aceitar o princípio da livre navegação, que incluía os rios Congo e Zambese, localizados em territórios portugueses, e perdeu o domínio da foz do Congo, mantendo a soberania apenas sobre o enclave de Cabinda, no norte de Angola.

Após a Conferência de Berlim, Portugal lançou o famoso projeto do Mapa Cor-de-Rosa, por meio do qual aclarava a sua ambição de dominar os territórios situados entre Angola e Moçambique, onde atualmente se localizam Zâmbia, Zimbábue e Malavi, estendendo-se em uma faixa de terras que ia desde o Oceano Atlântico até o Índico. Ocorre, porém, que a pretensão portuguesa ia de encontro aos interesses britânicos<sup>2</sup> na região. A ausência de acordo entre as partes resultou no Ultimato inglês de 1890, ou seja, Portugal deveria renunciar aos

seus interesses na zona em disputa, sob pena de serem cortadas as relações diplomáticas entre os Estados, o que equivalia a uma ameaça de guerra. Fragilizado diante da superpotência da época, Portugal, naquele que ficou registrado como um dos episódios mais humilhantes da sua história, foi obrigado a ceder. Era desmontada, ali, a imagem do império como imaginação de centro,<sup>3</sup> e o país mergulhava em uma depressão profunda. Depois do *Ultimatum*, toma conta da nação a ideia da necessidade imperiosa de uma colonização organizada na África. Este seria o caminho não apenas para alcançar o desenvolvimento, mas para poder voltar a imaginar-se centro.

Ao assumir a pasta das colônias, em 1928, Salazar, assim como toda a elite portuguesa, estava seguro de que a relação de posse entre Portugal e as colônias deveria ser mantida; tinha consciência, porém, de que eram um sorvedouro das então debilitadas finanças da nação. Acrescentemos que alguns opositoristas já argumentavam que o desenvolvimento das colônias deveria ser a prioridade e que lhes deveria ser concedida toda a autonomia possível. Portugal, entretanto, caminhava na direção oposta. O Ato Colonial, de 9 de julho de 1930, instituiu formalmente o império colonial português. Por esse instrumento, as províncias ultramarinas passavam a ser designadas colônias; o governador-geral era colocado como a mais alta autoridade no território colonial; ficava estabelecida a fiscalização a ser exercida por Lisboa sobre a função legislativa das colônias e toda atividade de exportação e importação dependeria da aprovação de Lisboa. Esse aumento do rigor na política colonial representou um entrave para as maiores economias coloniais.

No contexto do Estado Novo, com a sua política apelativa da tradição, da religião católica, da ordem nacional e da ideologia imperial, as colônias eram vistas como parte fundamental da criação de um novo espírito português. Nesse sentido, a ressurreição nacional, para utilizar as palavras de Margarida Calafate Ribeiro, no texto acima referido, se daria pelo regresso aos valores iniciais da aventura imperial portuguesa: a vocação para cristianizar e para conquistar e possuir colônias.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a aceitação dos movimentos nacionalistas na Ásia e na África, intensificaram-se as pressões internacionais para que Portugal procedesse à descolonização. Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, o chamado

“Estado da Índia”<sup>74</sup> (constituído por Goa, Damão e Diu), Macau e Timor eram ainda pertença portuguesa. E nem mesmo a recomendação expressa, para que concedesse independência às suas colônias, que se seguiu à entrada de Portugal na ONU, alcançou demover o país da obsessão pelas suas possessões. Como resposta às críticas, Salazar não se limitou a asseverar o direito português sobre os seus domínios; adotou, antes, como ressalta Meneses (2011), uma dupla estratégia: por um lado, sublinhava a natureza única do colonialismo português, salientando a durabilidade e os resultados da missão colonizadora do país. Por outro, destacava a importância do mundo colonial para a preservação do lugar da Europa (e do Ocidente) no mundo. Assim, ao mesmo tempo em que apelava aos demais colonizadores para não abdicar do que era legitimamente seu, Salazar também separava Portugal dos seus antigos rivais coloniais. Digno de nota é o isolamento em que se manteve da Europa durante o Estado Novo, que chega a ser mesmo, como demonstra Ribeiro uma opção ideológica baseada na convicção de que a Europa só conspirava contra Portugal e na ideia de que a singularidade da identidade portuguesa só se poderia cumprir na união com seu império, império que cabia ao regime, enquanto herdeiro da missão civilizatória de Portugal no mundo, defender. Desse modo, a manutenção das colônias se converteu na prioridade do Estado Novo.

Para robustecer os argumentos em prol do colonialismo português, o Estado Novo se apoiou nas teses do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. Este, ao identificar com a vocação histórica de Portugal os fundamentos do luso-tropicalismo – miscigenação, fusão cultural, ausência de preconceito racial –, entrelaçava a herança com a aptidão dos portugueses para confraternizar com os povos dos trópicos. Assim, na revisão constitucional de 1951,

[...] uma “história de cinco séculos de colonização” é convertida em “cinco séculos de relações entre povos e culturas diferentes”; uma sociedade colonial, em “plurirracial”; uma nação imperial, em “pluricontinental”; as colônias, em “províncias ultramarinas”; e a singular missão de civilização portuguesa, na não menos singular “integração portuguesa nos trópicos”. (RIBEIRO, 2003, p. 21)

Essa resposta aos críticos do colonialismo até possibilitava a Salazar ganhar tempo, mas de modo algum equivalia a uma solução

para os problemas enfrentados pelo colonialismo português. Um desses problemas, além da aversão internacional à política colonial portuguesa, era a irrupção de movimentos nacionalistas<sup>5</sup> nas colônias, promovidos por jovens que estudavam no exterior, especialmente em Portugal, e que retornavam imbuídos de ideais emancipatórios, dispostos a incitar o povo à luta pela autodeterminação. Um acontecimento contribuiu para que tal movimentação acontecesse: a alta do café na bolsa e a queda da borracha e do diamante, ocorrida na década de 1940. Em decorrência disso, aparecem as primeiras fortunas angolanas, e os novos ricos podem proporcionar aos filhos estudos universitários na metrópole. É na metrópole, mais especificamente em Lisboa, que se origina um dos focos da resistência ao colonialismo: a Casa dos Estudantes do Império, fundada em 1944, com o objetivo, conforme afirma Pires Laranjeira (2005), de ser um espaço de convívio entre os estudantes oriundos das colônias e de cumprir funções assistenciais, desportivas, culturais e cívicas. A princípio, a CEI funcionou sem representar uma ameaça ao poder, entretanto, à proporção que foi se tornando um espaço de reflexão política, passou a ser vigiada. A partir de 1958, a CEI já empregava todos os seus esforços na luta em prol da conscientização política e da independência, e muitos dos estudantes que a deixavam, sobretudo a partir de 1959, rumavam à pátria a fim de aderir à guerrilha.

Outro foco de resistência à dominação portuguesa surgiria no final da década de 1940, em Angola, com o Movimento dos Novos Intelectuais, cujo *slogan* era “Vamos descobrir Angola” e que tinha por objetivo “repensar a condição e a produção angolana, operando uma revolução decisiva na sociedade colonial” (TUTIKIAN, 2006, p. 94). Em 1951, é criada a revista literária *Mensagem*, que, ao denunciar a opressão e a marginalização social operadas pelo sistema colonial, pretendia impulsionar o renascimento e a libertação de Angola. O aumento da promoção de atividades culturais, como concursos literários, criação de revistas e a fundação de editoras, somado ao aparecimento, ainda na década de 50, dos grandes partidos políticos, criaria as condições para que florescesse uma inquietação política, um desejo de liberdade e de construção de uma nação que o sistema colonial, apesar de todo o seu aparato repressivo, não conseguiria deter.

Na metade de 1960, como refere Meneses (2011), começaram a ingressar no território angolano revoltosos vindos do Congo belga,

já independente, com o objetivo de espalhar propaganda e incitar a população à desobediência. No início de julho, a União das Populações de Angola (UPA) enviou um telegrama a Salazar, por meio do qual reivindicava a independência daquela colônia e afirmava serem Portugal e Angola nações distintas. Em Luanda, a “Voz de Portugal Livre” levava ao ar emissões clandestinas que apelavam à população para que esta se insurgisse contra o colonialismo. As tensões cresciam no enclave de Cabinda e nas ilhas de São Tomé e Príncipe. Em julho de 1960, a liderança do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) foi enfraquecida em virtude de várias prisões, de tal modo que os que ficaram imunes tiveram de fugir para o exterior. Em agosto de 1960, a UPA começou a emitir programas na Rádio Nacional congoleza (em português, quicongo e quimbundo), explicitando a sua intenção de combater o colonialismo português por toda a África. Ao final do mesmo ano, circulavam pelo território ultramarino inúmeros boatos geradores de tensões. Em Cabinda, dizia-se que os portugueses haviam envenenado o feijão, o peixe e o vinho, conduzindo a que o consumo deste último cessasse por completo. Na Guiné, comentava-se que os portugueses teriam distribuído armas à população europeia, para que esta tivesse condições de defender-se em caso de revolta. Na madrugada de 4 de fevereiro de 1961, em Angola, uma prisão, vários quartéis da polícia e a emissora estatal foram tomados de assalto por uma multidão que objetivava a libertação de presos políticos. No dia 15 de março, a UPA empreende uma onda de ataques a fazendas, resultando em inúmeras mortes – entre homens, mulheres e crianças – e na destruição de plantações de café. Essa onda de violência recebeu ampla cobertura da imprensa portuguesa, causando um forte impacto na opinião pública e criando um ambiente receptivo para que Salazar proferisse a frase: “Para Angola e com força”.

#### DAS PERDAS INDIVIDUAIS AO ESFACELAMENTO DA IMAGEM DA NAÇÃO

Se Salazar, então Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Defesa, conseguiu a concordância da população para empreender a jornada da África, não foi apenas pela projeção dada na imprensa aos acontecimentos ocorridos no norte de Angola. O assentimento dos portugueses decorreu também da falta de informação,

do desconhecimento da realidade do ultramar e da crença na vocação imperial do seu país. Cabe salientar, ainda, que só recentemente a oposição ao Estado Novo se manifestara contrária à continuidade do sistema colonial. E até mesmo entre os adversários do regime havia os que acreditavam no império pluricontinental, uno e indivisível.

Formatados pela mística imperial, os portugueses viam Angola como uma parte de Portugal que cabia defender, e os que lutavam pela independência eram considerados terroristas, selvagens, e não seres humanos. Desse modo, expedições militares começaram a ser enviadas para Angola a fim de fazer uma guerra que aceleraria a degradação do regime.

No final de 1961, Portugal já contabilizava por volta de 33 mil homens em armas em Angola, cerca de 240 mortes e um gasto com a guerra que representava 38,6 por cento das despesas públicas. As perdas humanas e materiais aumentariam quando o fogo fosse aberto nas outras frentes de combate: Guiné-Bissau, em 1963, e Moçambique, em 1964, tendo sido registrado nesta última o maior número de mortos. Deparando-se com a hostilidade do terreno – de florestas fechadas e capim alto –, o primeiro inimigo a ser vencido, os soldados se tornavam, com frequência, alvo de emboscadas e, assim, as tropas sofriam baixas significativas. Os comunicados de mortes emitidos pelo Ministério da Guerra eram cada vez mais frequentes. A população em Portugal desconhecia as adversidades enfrentadas pelos soldados nas colônias; ademais, assujeitada que era pela retórica nacionalista, não conseguia entender a gravidade do que se passava no ultramar. Em face disso, cabia aos poetas-soldados, como comprova o poema “E havia outono?”, de Assis Pacheco, erguer a voz e denunciar a verdade.

Havia o que não esperas: risos,  
lágrimas como risos,  
lágrimas  
como folhas cegas,  
explodindo ao de leve;  
e a morte.

(RIBEIRO; VECCHI, 2011, p. 86)

Fernando Assis Pacheco, segundo Ribeiro [2010?], foi o primeiro poeta a se manifestar poeticamente contra a guerra, onde esteve



entre 1963 e 1965. Foi também o primeiro oficial a ser evacuado pelos Serviços de Neuropsiquiatria do exército português. Os seus textos expõem o dilaceramento, os medos e os traumas sofridos pelo indivíduo que vive a experiência-limite da guerra. O primeiro trauma de Assis Pacheco teria sido a imposição paterna para que o poeta fosse para o ultramar, sob a ameaça expressa de que, em caso de recusa, o próprio pai se alistaria no exército português como médico voluntário. Enquanto esteve em África, Assis Pacheco foi enviando ao pai as suas impressões acerca da degradação humana, da miséria, da injustiça, dos horrores e do medo. Seu pai, ao conhecer a verdade, foi percebendo o quanto o discurso oficial era desmentido pela experiência do filho e perde, assim, a credulidade naquilo que era veiculado pelo regime.

No poema “E havia outono?”, o eu lírico postula um interlocutor, ao qual se dirige, articulando a resposta à pergunta possivelmente imaginária sobre o que havia em África. A resposta, sob a forma de poema, objetiva justamente esboroar o edifício da retórica imperialista, uma vez que expõe os tormentos a que a pátria lançava seus jovens. Assim, o poema-testemunho de Assis Pacheco, ao mesmo tempo que exorciza um trauma – e para exorcizar um trauma é imprescindível que haja um ouvinte –, interpela o interlocutor, já que

[...] estabelece um cúmplice compromisso entre quem conta – que assim cumpre a sua função de testemunha – e quem ouve – que assim toma conhecimento e não mais pode dizer que não sabia, gerando-se o pacto da responsabilidade partilhada sobre o acto narrado inerente à funcionalidade da literatura-testemunho. (RIBEIRO, [2010?], p. 3-4)

Outro texto no qual se verifica este pacto da responsabilidade partilhada é “Nambuanguo meu amor”, de Manuel Alegre.<sup>6</sup>

Em Nambuanguo tu não viste nada  
não viste nada neste dia longo *longo*  
a cabeça cortada  
e a flor bombardeada  
não tu não viste nada em Nambuanguo.

Falavas de Hiroxima tu que nunca viste  
em cada homem *um morto que não morre*.

Sim nós sabemos Hiroxima é triste  
mas ouve em Nambuanguo existe  
em cada homem *um rio que não corre*.

Em Nambuanguo o tempo cabe num minuto  
em Nambuanguo a gente lembra a gente esquece  
em Nambuanguo olhei a morte e fiquei nu. Tu  
não sabes mas eu digo-te: dói muito.  
Em Nambuanguo há gente que apodrece.

Em Nambuanguo a gente pensa que não volta  
cada carta é um adeus em cada carta se morre  
cada carta é um silêncio e uma revolta.  
Em Lisboa na mesma isto é a vida corre.  
Em Nambuanguo a gente pensa que não volta.

É justo que me fales de Hiroxima.  
Porém tu nada sabes deste tempo longo longo  
tempo exatamente encima  
do nosso tempo. Ai tempo onde a palavra vida rima  
com a palavra morte em Nambuanguo.  
(RIBEIRO; VECCHI, 2011, p. 427-428)

A pretexto de uma referência à tragédia de Hiroxima – tão distante da realidade portuguesa – feita pela interlocutora, o eu lírico revela o que foi Nambuanguo, horror por ela desconhecido. Horror em que um minuto abriga uma eternidade, como sugere a rima entre o adjetivo “longo” e o substantivo “Nambuanguo”. A operação militar nesta região de Angola, que chegou a ser tomada como quartel-general pelos revoltosos, foi de grande dificuldade para as forças portuguesas, com inúmeras baixas. A degradação da vida humana, o fato de o indivíduo ser levado a matar para não morrer, movido no momento do combate, basicamente, pelo instinto de sobrevivência, retira do soldado – tal como se pode inferir pelo paralelismo entre os versos “em cada homem um morto que não morre” e “em cada homem um rio que não corre” – aquilo que constitui a sua essência: a humanidade. Hiroxima foi terrível, mas é preciso que a interlocutora – residente em Lisboa, onde a vida segue o seu curso – saiba que Nambuanguo significou um confronto com a face mais cruel da morte, confronto que provoca uma dor que certamente não poderia ser de todo verbalizada. Daí que em cada carta

houvesse um silêncio e uma revolta. É sobre este lugar, onde é tênue a fronteira entre a vida e a morte, ou melhor, onde a vida, como sugere o eu lírico, é morte – uma vez que os participantes dos combates são mortos-vivos – que, não apenas o seu amor, mas todos precisam saber. Revelar essa verdade é a tarefa do poeta.

Ocorre, contudo, que frequentemente as situações extremas, as experiências de ruptura interior, não são facilmente transpostas em linguagem. Acerca dos combatentes que haviam retornado da Primeira Guerra Mundial, Benjamin (1985) comenta que eles voltaram silenciosos, mais pobres em experiências comunicáveis. Ao tratar de Assis Pacheco, Margarida Calafate Ribeiro nota que enquanto os primeiros poemas enviados ao pai, publicados em 1963, foram escritos de jacto, no calor da experiência traumatizante, os poemas que integram o segundo livro, publicado somente em 1972, revelam o outro lado do trauma – o silêncio – e indicam que foram necessários anos até que os dramas interiores pudessem ser drenados e manifestos em linguagem.

Considerando que os autores são impulsionados à escrita contínua de livros sobre a guerra, conforme ressalta Ribeiro, não apenas pela questão individual de busca da palavra exata para exorcizar um trauma, mas também por uma questão social de afirmação do seu testemunho contra o silêncio coletivo, percebemos a função política das falas poéticas de Manuel Alegre e Assis Pacheco. Em uma atmosfera de silenciamento, como a do Salazarismo, onde aquele que ousasse discordar dos rumos seguidos pela política ultramarina seria logo considerado um traidor da pátria, a maioria da população, apesar de afetada pela guerra, conservava uma postura omissa em relação ao conflito armado. Era mister, portanto, que vozes se erguessem, denunciando o absurdo de tantas vidas desperdiçadas.

À medida que aumentava o número de pessoas atingidas pela guerra e consoante as notícias sobre os conflitos nas colônias iam chegando à metrópole – fossem elas trazidas por jornais clandestinos que denunciavam as atrocidades cometidas na África, fossem relatadas por soldados recém-chegados do campo de batalha, que revelavam os martírios de que foram vítimas –, cresciam as reservas da população no tocante à luta. Aquele que fugia do país, para ocultar-se do serviço militar obrigatório no território africano, já não era facilmente rotulado de traidor, pois, a essa altura, aqueles que ficaram conheciam bem a

dor causada pela ausência dos que partiram; sabiam igualmente que os poucos que retornavam sem sequelas físicas certamente traziam consigo uma neurose de guerra. Os homens que a metrópole devolvia às famílias eram farrapos humanos, indivíduos com a alma destruída, silenciosos, violentos. Por isso, Laureano Correa,<sup>7</sup> em 9 de setembro de 1969, expressa a preocupação com o futuro dos combatentes: “[...] Parece que mesmo assim / os nossos corpos estão inteiros. / Mas que será feito dos nossos espíritos? [...]” (RIBEIRO; VECCHI, 2011, p. 74).

Os homens que levavam a guerra até a África jamais esqueceriam os tormentos daquela jornada, pois as lembranças aniquiladoras, como sugerem os versos de Assis Pacheco, passariam a constituí-los: “Dizem que a guerra passa: esta minha / passou-me para os ossos e não sai” (RIBEIRO; VECCHI, 2011, p. 423). Além disso, havia o sentimento de que os soldados eram meros instrumentos – o “precioso estrume”,<sup>8</sup> como sugere o poema de Casimiro de Brito – que Portugal utilizava para fazer uma guerra injusta. Estes homens, com o passar do tempo foram desenvolvendo um complexo de inferioridade, já que, enquanto os guerrilheiros dispunham de equipamentos modernos, as Forças Armadas Portuguesas, a partir dos anos 70 e especialmente na Guiné, encontravam-se em desvantagem,<sup>9</sup> em virtude da falta de armamentos e de equipamentos. Também como consequência disso, brotou o sentimento de que, em proveito de uma minoria de homens detentores de poder na metrópole, a vida de inúmeros jovens estava sendo desperdiçada.

Ao mencionarem, em *Por que a guerra?*, a parcela da população que se beneficia dos conflitos armados para aumentar seu poder pessoal, Einstein e Freud (2007) questionam como essa minoria consegue sujeitar a maioria do povo – incluindo os soldados, os quais acreditam estar lutando em defesa da pátria e para quem “a melhor defesa é por vezes o ataque” (EINSTEIN; FREUD, 2007, p. 33) –, que nada tira da guerra, além de sofrimento, aos seus desejos. Deslocando esse questionamento para o contexto português, localizamos ainda no discurso de Einstein a resposta. O Estado Novo tinha a seu serviço o aparelho educacional, a imprensa, a igreja, enfim, estava montado um mecanismo de manipulação ideológica, assentado, evidentemente, sobre a ideia da necessidade de defender a unidade nacional, que, por sua vez, só se consumaria na comunhão com as colônias. Desse modo, erigia-se um discurso em

prol da integridade da pátria, da essência de um Portugal imperial, que estava sendo ameaçada. Esse discurso não apenas era suficiente para que grande parte da população não questionasse a partida de tantos barcos e armas para o ultramar, como está na base de uma escrita poética que legitima o conflito, de que são exemplo os poemas integrantes da sessão “o dever da guerra” na antologia ora examinada. Em alguns desses textos, a guerra aparece como uma nova Cruzada, e os novos varões assinalados são impulsionados pelos feitos dos ancestrais. Aqui os sofrimentos engrandecem, pois foram por uma causa nobre: o amor à pátria.

Por outro lado, na maioria das vezes, a guerra, além de um ultraje à população portuguesa, apresenta-se como um fantasma a ser esconjurado ou ainda como uma grande derrota, a que o poema de Manuel Alegre parece apontar:

*À sombra das árvores milenares*

Passaram muitos anos mas não passou  
o momento único irrepetível  
o som abafado do estilhaço  
o eco estridente do ricochete no *metal*  
o cheiro da pólvora misturado com sangue e terra  
o sabor da morte na última viagem de Portugal.

À sombra das árvores milenares ouvi tambores  
ouvi o rugido do leão e o zumbido da bala  
ouvi as vozes do mato e o silêncio mineral.  
E ouvi um jipe que rolava na picada  
um jipe sem sentido  
na última viagem de Portugal.

Vi o fulgor das queimadas senti o cheiro do medo  
o silvo da cobra cuspideira o deslizar da onça  
as pacaças à noite como luzes de cidade  
a ferida que não fecha o buraco na femural  
no meio da selva escura em um lugar sem nome  
na última viagem de Portugal.

Soberbo e frágil tempo  
intensa vida à beira morte  
amores de verão amores de guerra amores perdidos.  
Uma ferida por dentro um tinir de *crystal*

passaram os anos o ser permanece.  
Fiz a última viagem de Portugal.  
(RIBEIRO; VECCHI, 2011, p. 414)

A abundância de sinestésias conduz a memória ao acontecimento que está entranhado na alma do eu lírico: a guerra. Esta é o espaço adverso, o da última viagem de Portugal. Aliás, a anáfora do termo “a última viagem de Portugal” dialoga com as viagens anteriores, as dos Descobrimentos.<sup>10</sup> Porém, esta, tal como o jipe que rolava na picada, é uma viagem sem sentido. Trata-se de uma guerra vã, que situa o indivíduo em um tempo soberbo, mas frágil, em uma vida intensa, mas a mercê da morte, à qual o indivíduo, mesmo com as perdas, sobrevive. Não sai, contudo, ileso; carrega as marcas. A permanência em meio à transitoriedade é a ferida que o eu lírico carrega. Tal ferida – como sugere o adjetivo “frágil” e a rima entre os substantivos “cristal” e “Portugal” – não decorre apenas do trauma ou da fragilidade individual, mas da fragilidade da nação. Assim, o tom melancólico, o sentimento de fim, de derrota, talvez, presente no poema, não resulta apenas do sofrimento de uma consciência individual em decorrência da experiência-limite vivida, mas é, também, produto do enfrentamento, sem ilusões, do indivíduo com as condições do país.

Considerando, tal como Halbwachs (2006), a memória como um fenômeno construído coletivamente e sujeito a flutuações, transformações, mudanças, Michael Pollak (1989) salienta a importância dos diferentes pontos de referência – datas e personagens históricos, as tradições, os costumes – que estruturam a nossa memória e a inserem na memória da coletividade à qual pertencemos. Para Pollak, a memória coletiva, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça o sentimento de pertencimento e as fronteiras socioculturais, reforçando, desse modo, a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo. A memória nacional, com a sua interpretação do passado, também cumpre esse papel.

A exaltação do passado histórico e do império colonial tinha uma importante função ideológica no Estado Novo. São esses pontos de referência – os Descobrimentos – que compõem a memória coletiva portuguesa e que, em plena ditadura salazarista, reforçavam as relações de pertencimento, possibilitando, assim, a adesão do povo português à campanha da África. Essa memória coletiva determinava a imagem que

Portugal tinha de si e a imagem que construiu para transmitir aos outros a fim de ser percebido como o queria ser pelos outros; por conseguinte, constituía a própria identidade de Portugal.

Todavia, como podemos notar no poema de Manuel Alegre, essa memória aparece envolta em sentimentos de descrença, desânimo, perda; apresenta-se com uma roupagem negativa, uma vez que é “à sombra das árvores milenares” – acreditando em glórias inexistentes – que o país entregava uma geração à morte. Em uma poesia na qual a experiência existencial<sup>11</sup> da guerra se entrelaça com a experiência coletiva, a ruptura interior no sujeito coincide com o esfacelamento da imagem nacional. Nesses termos, podemos falar de uma crise de memória e de identidade coletiva, que, como sublinhou Pollak (1992), segue-se aos períodos de guerra.

A guerra impõe a necessidade de rearranjo, de revisão da memória e da identidade coletiva, o que se verifica, em muitos momentos, pelo questionamento de um imaginário coletivo ligado ao mar. Este já não é associado às glórias, mas ao sofrimento – “De longe o mar / Trazia mágoas / E um povo a sofrer” (RIBEIRO; VECCHI, 2011, p. 102) – e à morte – “Naus como arados / sobre o túmulo atlântico das águas” (p. 44).

A fim de demonstrar que a Guerra Colonial é uma falsa epopeia, os poetas frequentemente dialogam com o grande épico da nação. Tal diálogo, em Manuel Alegre, se mostra especialmente produtivo:

#### *Explicação de Alcácer-Quibir*

*A que novos desastres determinas  
De levar estes Reinos e esta gente?  
Que perigos, que mortes lhe destinas  
Debaixo dalgum nome preminente?*  
(CAMÕES, Os Lusíadas, canto IV, XCVII)

Quantos desastres dentro de um desastre.  
Alcácer-Quibir foi sempre  
o passado por dentro do presente  
ó meu país que nunca te encontre.

Senhor no mar e em terra dependente  
conquistado de cada vez que conquistaste  
Alcácer-Quibir foi sempre  
o ires perder-te em cada índia que ganhaste.

Meu *cigano* do mar. (E o mar foram *enganos*).  
Alcácer-Quibir são as armas *vencidas*  
são os ombros *vergados* e as horas *perdidas*  
quinhentos anos dentro destes *anos*.

Alcácer-Quibir é estar aqui  
a ver morrer o Sol em cada tarde.  
E este riso que chora. E esta sombra que ri.  
Este fantasma sobre a nossa idade.

E esta paz como guerra. Este plantar o *pão*  
que os outros comem.  
Este Alentejo de *desilusão*  
em cada homem.

Estes barcos que partem com homens e armas  
não já para colher além do mar a *terra*  
mas  
para levar além do mar a *guerra*.

E naufragar de novo. E de novo *perder*  
além do mar o que se deixa em terra (Porque o mar é *espuma*).  
Alcácer-Quibir é ir morrer  
além do mar por coisa *nenhuma*.

Alcácer-Quibir és tu – Lisboa *ajoelhada*  
nas armas que em teus barcos vão partir.  
Lisboa - Alcácer-Quibir  
por tuas próprias armas *desarmada*.

Lisboa *ajoelhada* nestas armas  
que em longes terras vão perder-te. E *vão*  
nos barcos que te levam as naus fantasmas  
com que se foi el-rei *Sebastião*.

Alcácer-Quibir és tu *Lisboa*.  
E há uma rosa de sangue no branco *areal*.  
Há um tempo parado no tempo que *voa*.  
Porque um fantasma é rei de *Portugal*.  
(RIBEIRO; VECCHI, 2011, p. 343-344)

Neste poema, Manuel Alegre se reporta ao discurso do velho do Restelo, quando este profere palavras contrárias à aventura marítima portuguesa. Para o velho, a cobiça que move os aventureiros, além



de trazer prejuízos ao reino – por ser investida na empresa parte significativa das receitas –, o deixaria vulnerável aos inimigos. O ancião, de certo modo, prevê alguns dos desastres que se seguiriam; entre eles, a anexação pela Espanha em decorrência do desaparecimento de D. Sebastião no combate de Alcácer-Quibir. Manuel Alegre faz uma avaliação da história de Portugal, tomando esta batalha como desencadeadora de uma série de infortúnios.

Ao longo da história de Portugal ocorreram vários desastres porque a cobiça que impulsionava os navegadores, aos quais o velho do Restelo repreende, ainda domina os homens de tal maneira que o passado segue determinando o presente. A equivalência sonora entre as palavras “dependente” e “presente” aponta para uma equivalência semântica entre os versos “o passado por dentro do *presente*” e “Senhor no mar e em terra *dependente*”. Desse modo, Portugal, no presente da escrita, seria um país dependente que nunca encontrou, de fato, seu rumo e que, em cada terra que conquistou, mais tarde, com guerra e imprudência, acabou selando a sua perdição. Se os quinhentos anos imperiais de Portugal estão englobados nos anos de guerra – e, levando em conta a rima entre “enganos” e “anos”, e o mar ser considerado fonte de enganos –, podemos inferir que toda a história de Portugal constitui-se de enganos. É o fantasma, a idealização desses enganos, associado à desesperança, que pesa sobre cada homem. Esse sentimento de desesperança, a certeza de que se fazia uma guerra inútil e de que tantas vidas eram desperdiçadas, era, já, coletivo. É importante salientar que os custos da campanha militar acentuavam-se e interferiam em todos os aspectos da vida nacional. Daí os versos: “E naufragar de novo. E de novo perder”, “além do mar o que se deixa em terra (Porque o mar é espuma.)”, “Alcácer-Quibir és tu – Lisboa ajoelhada” e “por tuas próprias armas desarmada”. Assim, Lisboa, ajoelhada nas armas com que faz a guerra, sofrerá mais uma derrota. E vai em barcos movida pelo mesmo sonho de conquista: “E vão / nos barcos que te levam as naus fantasmas / com que se foi el-rei Sebastião”. Se Lisboa é, aqui, vista à imagem da derrota (Alcácer-Quibir) e, desse modo, Portugal amarga um atraso em relação aos demais países europeus – “Há um tempo parado no tempo que voa” – é porque o mesmo princípio segue orientando os homens e um fantasma, ou o que não passou de engano, continua regendo o destino da nação.

O trauma provocado pela derrota de D. Sebastião em Alcácer-Quibir foi tão profundo que, passados séculos, continua a ser elaborado. E, diante do investimento de uma parcela considerável dos recursos públicos na guerra, com Portugal tendo de recorrer a empréstimos internacionais e sem que o governo aceitasse, mesmo depois da substituição de Salazar por Marcelo Caetano, que se colocasse em causa a permanência das tropas no ultramar, a Guerra Colonial é considerada a nova ameaça, a nova Alcácer-Quibir:

[...]  
E toda a santa mágoa este dia esta noite  
o discurso o nevoeiro a palavra o açoite  
a glória pátria  
filho  
um rugir absoluto um rugir obsoleto  
um secreto  
martelar de silêncio  
[...]  
Toda a santa manhã esta espera este amargo  
absoluto obsoleto medo filho por vir  
o loiro infante o instante  
todo Alcácer-Quibir.  
(RIBEIRO; VECCHI, 2011, p. 272-273)

Apesar de reproduzirmos somente duas estrofes do poema, podemos perceber que Emanuel Félix alude ao sebastianismo – a crença em que D. Sebastião retornaria em uma manhã de nevoeiro para salvar a nação. Contudo, essa alusão é seguida pelo esvaziamento do mito. O que levou D. Sebastião à Alcácer-Quibir foi a intenção de reviver as glórias do passado. O Estado Novo se apropriava do discurso de retomada das glórias nacionais por meio da missão colonizadora e civilizatória de Portugal para conduzir legiões de homens à morte. Tratava-se de um discurso absoluto – porque, em um espaço de cerceamento dos indivíduos, não há possibilidade de réplica – e obsoleto – porque não encontrava sustentáculo em dados concretos. Assim, para a população portuguesa, a esperança em reviver um passado glorioso, pela rima entre as palavras “noite” – possível referência à ditadura – e “açoite”, era fonte de opressão.

Dominados pelo medo e forçados ao silêncio, os poetas-soldados encontram na poesia mais do que uma forma de suportar as suas dores; encontram um meio de expressão das insatisfações, de denúncia das injustiças, de crítica a uma guerra vã, e muitas vezes ao lado desta, de combater o Estado Novo. Não surpreende, portanto, que, na tentativa de abafar esse contradiscurso, a Pide frequentemente apreendesse essa poesia. A verdade, como sugere o excerto de um poema escrito por Luís da Mota<sup>12</sup> em 1968, não devia ser veiculada:

[...]  
As horas, aqui, são tristes,  
passam longamente  
em anos de embrutecimento.  
A nossa verdadeira história  
jamais será contada,  
que a verdade é proibida,  
como se todas as derrotas,  
desde o logro da maçã,  
pesassem nos nossos cérebros  
como grilhetas nos tornozelos dos condenados:  
E isso rasga chagas  
impossíveis de cicatrizar,  
que passam de geração em geração [...].  
(RIBEIRO; VECCHI, 2011, p. 111)

Apesar de proibida, por contrariar a imagem da nação que aos dirigentes interessava transmitir, a história de sofrimento desses condenados submetidos a condições desumanas, desses homens que carregaram sobre si o peso de todos os ultrajes – lembrando Manuel Alegre: “quinhentos anos dentro desses anos” –, seria conhecida pelas gerações vindouras. Justamente por haver um interdito à sua circulação e por abrigar longínquos e persistentes traumas da nação, a experiência portuguesa em África originaria feridas impossíveis de cicatrizar, feridas que determinariam a identidade de Portugal.

A poesia da Guerra Colonial nos faz vislumbrar a imagem de um país exaurido, atrasado, vulnerável, periférico. Em sua maioria, escritos

por homens que falavam desde o centro de uma estrutura criada para defender as colônias e reiterar a grandeza de Portugal, esses textos, como nota Ribeiro, interpelam e falam do país, revelando não apenas o que o povo português desconhecia, mas a fragilidade subjacente à máscara de força. Mais do que desabaços e pedidos de socorro, os avisos, sob a forma de versos, que chegavam das colônias, foram a centelha para a grande inquietação e o descontentamento que tomou conta da sociedade portuguesa no final da década de 60, levando-a a questionar o Estado Novo e a Guerra Colonial.

A Guerra Colonial terminou, mas os seus efeitos continuaram sentidos: seja pelas graves dificuldades financeiras que acarretou ao país, seja pelos inúmeros traumas individuais ou pelo trauma coletivo – sentimento de malogro, de fim, de desesperança, somado à consciência dolorosa da nação. Essa consciência dolorosa se torna mais aguda quando a experiência da Guerra Colonial é associada à memória de outros episódios traumáticos da história portuguesa, como foi Alcácer-Quibir. Nesse momento, processando-se na intersecção entre as experiências individuais de dor, dilaceramento e ruptura e a experiência coletiva de perda da nação, dá-se a revisão crítica do passado. Os eventos são ressignificados por um modo *sui generis* de abordagem do real – o poético –, vindo a constituir uma estratégia de não esquecimento. Considerando que o ato de pensar sobre algo pressupõe a sua retenção na memória e que, no caso da Guerra Colonial, a poesia se torna guardiã de uma memória ameaçada, vemos que os poemas aqui apresentados, mais do que fazer lembrar, propiciam a reflexão sobre a realidade, incluindo-se como objetos de reflexão o passado e o presente, já que por trás do rosto atual vislumbramos o rosto do Portugal antigo – sobre um Portugal de Descobrimientos e de traumas, um Portugal fragilizado e em crise de identidade. Assim, essa poesia, ao transmitir uma mensagem válida aliada a uma visão mais ampla dos eventos, auxilia na compreensão do presente e acena, especialmente na voz de Manuel Alegre, para a necessidade de deixar à beira do caminho certos construtos ideológicos históricos para que outro instante – bem distinto de Alcácer-Quibir – seja possível.

ALCÁCER-QUIBIR REVISITED: THE DEVELOPMENT OF THE INDIVIDUAL AND COLLECTIVE TRAUMA IN THE COLONIAL WAR POETRY

## ABSTRACT

From the analysis of a corpus extracted from the *Antologia da memória poética da Guerra Colonial*, this paper proposes to verify how the poetic development of individual and collective experiences is processed arising from the participation of Portugal in war. Besides showing the tearing apart of human beings confronted with the extreme experience of war, this poetry illustrates the disintegration of the nation's image especially when it concerns a traumatic historical event as Alcácer-Quibir.

KEY WORDS: colonial war, memory, trauma, poetry.

---

## NOTAS

- 1 Com base no pioneirismo português na ocupação europeia do continente africano, Portugal reivindicava maior abrangência no território.
- 2 Os ingleses projetavam uma ferrovia que atravessaria todo o continente africano, de norte a sul, ligando o Cairo à Cidade do Cabo.
- 3 Margarida Calafate Ribeiro recupera as colocações de Boaventura de Souza Santos, quando este afirma que a integração de Portugal à comunidade europeia produziu um sentimento de progresso que foi gerido e alimentado pelo Estado. Tal sentimento permitiu aos portugueses imaginarem-se como europeus, como pertencentes ao centro. Durante muito tempo, o sistema colonial possibilitou à periferia, que era Portugal, imaginar-se centro, participando dele simbolicamente. A posição de semiperiferia, que antes era assegurada pelo império, hoje, é dada pela relação com as antigas colônias no âmbito da Comunidade Europeia, onde se pode vislumbrar o antigo papel de correia de transmissão.
- 4 Goa, Damão e Diu seriam os primeiros territórios que Portugal perderia na sequência de uma guerra de curta duração com as forças indianas.
- 5 Na década de 1910, como refere Tutikian (2006), já teriam surgido os primeiros movimentos independentistas, que, em seguida, foram suprimidos.
- 6 Manuel Alegre foi mobilizado para Angola em 1962. Por envolver-se em uma revolta, foi preso e conduzido à Fortaleza de São Paulo, onde permaneceu seis meses e conheceu importantes representantes do movimento de libertação angolano. Mais tarde foi libertado e enviado para Coimbra, de onde partiu, rumo ao exílio, em 1964.
- 7 Poeta, ensaísta, dramaturgo e professor universitário. Cumpriu serviço militar em Angola de 1967 a 1969.

- 8 “ó precioso estrume / da nossa terra / ó sangue adolescente / com que fazemos a guerra” (Ribeiro; Vecchi, 2011, p. 231).
- 9 Essa desvantagem se deve também ao embargo internacional à venda de armas para Portugal levado a efeito a partir dos anos 70.
- 10 Diálogo reforçado pelo título do poema. A expressão “à sombra das árvores milenares” pode ser lida como uma referência aos pinheiros, utilizados para construir caravelas. Aponta, metaforicamente, para o discurso imperialista que movia os navegadores no passado e que, no século XX, segue determinando as ações do país.
- 11 De caráter individual, é uma das oito variantes do tema guerra apresentadas por Jameson (2009). Pode conduzir o indivíduo a uma aprendizagem ou a um trauma.
- 12 Poeta, ficcionista e engenheiro. Entre 1965 e 1968, cumpriu serviço militar em Angola.

#### REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1. p. 114-119.
- EINSTEIN, Albert; FREUD, Sigmund. *Por que a guerra?* Mira-Sintra: Publicação Europa-América, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- JAMESON, Fredric. War and representation. *PMLA*, [s. l.], v. 124, n. 5, p. 1532-1547, Oct. 2009.
- LARANJEIRA, Pires. Uma casa de mensagens anti-imperiais. 2. ed. *Ensaio Afro Literários*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005. p. 125-145.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: biografia definitiva*. São Paulo: Leya, 2011.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 25 jan. 2012.
- \_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 25 jan. 2012.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. *Guerra, poesia e trauma: leituras da poesia da Guerra Colonial*. [s. l.], [2010?]. Disponível em: <[http://www.fchs.ualg.pt/xcail/comunicacoes/pdf/lc/Margarida\\_Ribeiro.pdf](http://www.fchs.ualg.pt/xcail/comunicacoes/pdf/lc/Margarida_Ribeiro.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo. *Oficina do CES*, Coimbra, Portugal, [s. n.], p. 1-40, maio 2003. Disponível em: <<http://web.ces.uc.pt/ces/publicacoes/oficina/188/188.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2011.

\_\_\_\_\_; VECCHI, Roberto (Org.). *Antologia da memória poética da Guerra Colonial*. Lisboa: Afrontamento, 2011.

TUTIKIAN, Jane. *Velhas identidades novas: o pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2006.